



PSOL
SOCIALISMO
E LIBERDADE

Política

que o dinheiro

não compra!



vereadora

Fernanda
Melchionna

Índice

| | |
|--|----|
| O futuro pede coragem! | 3 |
| Nosso mandato feminista em defesa da vida e da luta das mulheres! | 6 |
| Defender os direitos dos trabalhadores! Essa crise não é nossa! | 10 |
| A juventude nos mostra o caminho na luta por nenhum direito a menos! | 14 |
| Na luta por um transporte público de qualidade e contra a retirada de direitos! | 18 |
| Contra o privilégio dos ricos e dos políticos. É preciso tomar a política nas nossas mãos! | 22 |
| A luta pelo direito à moradia continua!..... | 25 |
| Devolver a cidade ao povo e defender a cultura popular! | 28 |
| Iniciativas e projetos | 31 |

Esse balanço é uma produção do mandato da vereadora de Porto Alegre, Fernanda Melchionna (PSOL), com distribuição gratuita. Projeto Gráfico e Diagramação: Paola Rodrigues - 10982 DRT-DF (jornalista responsável) | Foto capa: Hugo Scotte



/fernandapsol



(51) 989-25-08-64



fernanda@fernandapsol.com.br

O futuro pede coragem!

Este material é uma modesta prestação de contas do primeiro ano do nosso terceiro mandato. O povo nos deu a honra de representar as lutas populares e as demandas sociais pela terceira vez e com a votação mais alta de toda a cidade, como parte do reconhecimento das lutas e mandatos anteriores. Isso dá ao PSOL uma imensa responsabilidade na construção de uma esquerda autêntica, anticapitalista e que tenha a mobilização popular como método das grandes transformações sociais.

A pergunta que todos se fazem neste momento é: para onde vai o

Brasil? Vivemos uma crise econômica profunda, em que as elites e os governos querem repassar para as costas do povo os planos de austeridade combinada a uma crise de representatividade brutal. As pessoas não se sentem representadas pelos Palácios e Parlamentos. Com tantas negociações e tanto toma lá, dá cá, são pouquíssimos exemplos de parlamentares que honram os votos populares!

O ano de 2017, ou seja, nosso primeiro ano deste terceiro mandato, foi marcado por muitas lutas, mas também por muitos ataques. Tivemos a greve internacional de mulheres no 8 de março, a Greve Geral de 28 de



abril e a **marcha à Brasília em 24 de maio** que indicaram uma alteração da correlação de forças mais favorável aos trabalhadores. Mas o desmonte da greve geral em 30 de junho e a absolvição da chapa Dilma/Temer pelo TSE foram elementos de enfraquecimento da resistência. Logo após vimos a aprovação da Reforma Trabalhista, que significa o rebaixamento global dos salários e a precarização das relações de trabalho. Além disso, ao mesmo tempo que tivemos a comprovação de que Temer era o chefe da quadrilha, o Congresso corrupto arquivou os pedidos de investigação contra ele. Foi o ano da resistência à Reforma da Previdência e o êxito de, no mínimo, adiá-la, mas também o de intervenção militar no Rio de Janeiro.

Ou seja, a marca do período é de governos autoritários e neoliberais tratando de tentar piorar as condições de vida do povo e o movimento de massas resistindo à avalanche de retirada de direitos. Uma das marcas do período é justamente o descrédito e o cetismo, assim como a falência dos centros políticos. A experiência de conciliação de classes e as alianças espúrias do PT com os partidos do regime, acabou com um golpe parlamentar quando as elites perceberam que o PT não aplicaria o ajuste com a intensidade que eles queriam e, tampouco, conseguiria frear as investigações de corrupção.

Os 13 anos de governo petista

além de mostrar que, quando reformas estruturais não são realizadas, mesmo os pequenos avanços em políticas sociais desmoronam quando a lucratividade dos capitalistas cai. Os anos de governos petistas também foram marcados como uma tentativa de domesticar os movimentos sociais, aumentando as confusões quanto ao caráter de classes do Estado. Em junho de 2013 sentimos na pele a tentativa de “salvar” o *establishment* tão questionado nas ruas.

Com o acirramento da situação política no país e a falência dos centros, vimos uma extrema-direita, há muito tempo adormecida, botar a cabeça para fora. Tentando capitalizar a indignação do povo com a corrupção, estes lobos se colocaram em pele de cordeiro. É preciso desmascará-los. A melhor forma de fazer isso, é a constituição de uma esquerda autêntica, que mostre como o capitalismo e corrupção são sinônimos, que combata radicalmente este regime político apodrecido, que defenda a auto-organização e que mostre pelo exemplo que é possível **fazer política que o dinheiro não compra**.

Estamos jogados neste desafio. É fato que estamos no período de interregno, onde o velho já morreu e o novo ainda não nasceu, como diria o Gramsci. Mas estamos plantando as sementes de uma nova alternativa popular com capacidade de

influenciar o movimento de massas.

Exemplos de processos alternativos estão ocorrendo no mundo todo: nos Estados Unidos, de Trump, tivemos o fenômeno Sander, no Chile das ocupações de escolas, a Frente Ampla fez 20% dos votos elegendando 20 deputados, temos Corbyn na Inglaterra e o próprio Podemos na Espanha. São exemplos de como as lutas sociais têm gerado novos sujeitos políticos em processos de composição e com programa democrático e radicais. O Brasil não passará incólume por novas experiências. Estamos fazendo uma aliança com MTST e vários outros movimentos, estamos nas ruas e nas lutas. Somos parte da construção da resistência aos ataques dos governos. Mas queremos dar o salto adiante. Sair da defensiva e passar

à ofensiva. Com democracia, enraizamento e combatividade.

Muitos me dizem que os tempos são difíceis. E, de fato, são! Acabaram de assassinar a nossa companheira Marielle Franco e o assessor Anderson. Entretanto, milhões de pessoas lutaram em circunstâncias muito mais difíceis que as nossas, enfrentaram ditaduras, escravidões, restrições de liberdades democráticas. E se aqui estamos hoje, devemos ao sangue, suor e lágrimas das gerações passadas. E os que deram a vida “pelo bom, justo e necessário” como Marielle Franco. Façamos nosso dever de casa e deixemos um legado às gerações futuras.

Só padece de solidão quem não participa das lutas da sua época.

Fernanda Melchionna





Nosso mandato feminista

em defesa da vida e da luta das mulheres!

Vivemos em um Brasil em que a violência de gênero é, infelizmente, cotidiana e independe da classe econômica. Somos o quinto país que mais assassina mulheres no mundo, segundo dados da Organização Mundial da Saúde. São inúmeros casos de feminicídio e estupros coletivos estampados dia-a-dia nos noticiários. Quando se trata de mulheres negras, o cenário piora: em dez anos o número de homicídios dessas mulheres aumentou em 54%.

Por outro lado, o feminismo se fortaleceu muito nos últimos

anos e tomou uma proporção internacional. Nosso mandato sempre foi parte ativa da luta das mulheres, defendendo a igualdade social, econômica e política entre os sexos. É fato o crescimento do apoio às ideias feministas na sociedade. Muitas pesquisas já mostram que as pessoas acreditam que é preciso ensinar os homens a respeitar as mulheres e não as mulheres a terem medo.

Na contramão da luta feminista, os governos seguem criando mais barreiras para superar a desigualdade de gênero. Querem



aumentar a idade mínima para a aposentadoria das mulheres com a Reforma da Previdência! Isso só vai penalizar quem já sofre com a dupla jornada de trabalho ao tentar conciliar o trabalho doméstico/familiar com a vida profissional. Além disso, a falácia da Reforma Trabalhista de que é preciso flexibilizar direitos para criar mais empregos, na verdade, tem como objetivo, ofertar trabalhos mais precários com salários mais baixos, principalmente para as mulheres negras. A flexibilização da lei para gestantes, que agora podem trabalhar em locais insalubres, é mais um indício desse retrocesso!



■ Apresentamos três projetos de lei em defesa da vida das mulheres.

Propomos a instalação obrigatória de placas informativas do serviço Disque Denúncia da Violência Contra a Mulher (180) em estabelecimentos diversos de toda a cidade; a proibição da veiculação de publicidade com conteúdo ofensivo à mulher, misógino ou que objetifique o corpo feminino; e a criação de um programa de combate ao assédio sexual de mulheres no transporte público coletivo, que, felizmente, foi aprovado no final do ano.



■ **Construímos uma grande mobilização feminista, respondendo a um chamado global, no Dia Internacional da Mulher.** Como as americanas, peruanas, argentinas e milhares de mulheres espalhadas pelo mundo, fomos às ruas sendo parte ativa da Greve Internacional das Mulheres por mais direitos e contra a violência de gênero.

Fechar escola é crime!

■ **Lutamos, ao lado das professoras e mães, pela permanência das vagas na escola municipal de educação infantil Pica Pau.** A Prefeitura queria acabar com a única escola que oferece turno integral no centro da cidade. Assegurar o direito à educação integral para as crianças é fundamental para garantir que muitas mulheres mães possam trabalhar!



■ Participamos das mobilizações contra a PEC 181, conhecida como Cavalo de Troia, que tentou criminalizar o aborto até mesmo nos casos em que já são permitidos no Brasil. Participamos dos protestos em Porto Alegre ao lado de diversos movimentos feministas.



■ Nosso mandato foi até Brasília para levar a ação do PSOL, ao STF, propondo a descriminalização do aborto até 12ª semana no Brasil. Uma iniciativa importantíssima de diversas advogadas, dentre elas a ex-deputada federal, Luciana Genro, em parceria com a Anis e a Bancada Feminista do PSOL. Em um país em que o aborto é a 4ª causa da morte materna, é preciso encará-lo como uma questão de saúde pública e em defesa da vida das mulheres. O aborto ilegal e clandestino mata as brasileiras todos os dias, principalmente as negras, pobres e da periferia - que o realizam de forma precária e insegura e acabam perdendo a vida. As que têm dinheiro fazem em clínicas particulares com segurança. Descriminalizar o aborto não significa obrigar ninguém a abortar, e sim zelar pela saúde pública e garantir o direito ao próprio corpo das nossas mulheres!

Fotografia: PSOL Nacional





Defender os direitos dos trabalhadores!

Essa crise não é nossa!

Os trabalhadores e o povo em geral estão sendo culpados por uma crise econômica criada pelas elites. Enquanto os ricos estão mais ricos e os bancos não param de lucrar, querem que a gente trabalhe mais para arcar com os custos do falso rombo da Previdência e se submeta a trabalhos precários impostos pela nova lei trabalhista.

O Brasil tem cinco bilionários com um patrimônio equivalente ao que tem a metade mais pobre da população do país, o que nos torna um dos países mais desiguais do mundo. O que os governos fazem

para melhorar a vida do povo? Nada. Seguem à risca a agenda dos mercados: cortam recursos públicos, retiram direitos e precarizam serviços públicos quando a população mais precisa! São mais de 12 milhões de desempregados no país e um explosivo crescimento do trabalho informal.

É fato que a vida do povo está mais difícil e vulnerável e Porto Alegre também vive essa realidade. Nossa capital, que já foi sinônimo de qualidade de vida, com oferta de bons serviços públicos à população, hoje tem diversas áreas sociais (saúde, educação, assistência social) sucateadas. É



visível o abandono da cidade: os matos das praças e dos parques cresceram, os buracos das ruas se multiplicaram, a sujeira na calçada e a insegurança tomaram conta de Porto Alegre.

O Prefeito Marchezan mentiu inúmeras vezes sobre o tamanho da crise financeira do município para justificar o parcelamento do salário dos funcionalismo e a redução da oferta de serviços públicos. Felizmente não faltou disposição para lutar contra as ações privatistas da gestão municipal. Diferente daqueles que enxergam como única solução para a crise o arrocho salarial, a retirada de direitos e a privatização, nosso mandato acredita na valorização dos servidores e na auto-organização do povo para lutar em defesa de uma cidade para as pessoas!



■ Ajudamos a construir, ao lado do funcionalismo público e da população, uma das maiores greves da história da cidade. Por mais de 40 dias os servidores públicos estiveram em greve emplacando uma grande derrota ao governo Marchezan ao impedir a aprovação de diversos projetos que retiraram direitos do funcionalismo. A vitoriosa greve dos ajudou a aprofundar a crise de um governo já bastante frágil, que em um ano deixou o funcionamento da cidade entrar em colapso e que teve 18 baixas em um ano de gestão.



■ Lutamos para impedir a aprovação de uma reforma administrativa que acabou extinguindo secretarias importantes para a cidade, como a do Meio Ambiente, Direitos Humanos e de Esportes. Contraditoriamente, o mesmo governo que alegava falta de recursos públicos, manteve o verdadeiro cabide de empregos de mais de centenas de CCs. Isso só mostra que a crise fiscal é seletiva e que o governo Marchezan opera sob uma lógica de “Estado Mínimo” para o povo e para os pobres e “Estado máximo” para os ricos e as elites.

■ Denunciamos no Ministério Público de Contas que o Prefeito optou criminosamente por deixar milhares de trabalhadores endividados. A auditoria do Tribunal de Contas do Estado mostrou que havia recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para pagar a folha de pessoal dos professores da rede municipal de educação durante dois os meses iniciais do parcelamento.



Foto: Rodrigo Souza



■ Presidimos a Frente Parlamentar em Defesa dos Servidores Municipais e dos Serviços Públicos de Qualidade e defendemos direitos históricos dos servidores públicos. Combatemos a política de parcelamento de

salário dos servidores, iniciada em junho - que só confirmou as tendências autoritárias, recessivas e neoliberais do governo Marchezan.

■ Lutamos contra o conjunto de projetos antipovo que pretendiam fazer alterações nos regimes de trabalho dos servidores públicos. Os trabalhadores poderiam perder até 40% do seu rendimento dos trabalhadores, prejudicando centenas de famílias e a própria economia da cidade. Sem falar na intenção de privatizar o DMAE, referência no Brasil em oferta de água com alta qualidade a tarifas baixas, e de desmontar os conselhos da cidade, importante mecanismo de controle social das decisões do Estado.

■ Nosso mandato também esteve ao lado dos trabalhadores da saúde, da educação e da assistência social e outras áreas sociais, denunciando, ao lado dos sindicatos combativos, as precárias condições de trabalho e o assédio moral a que muitos são submetidos, e lutamos contra as ameaças de retirada de direitos trabalhistas e em defesa do direito à greve.



A juventude nos mostra o caminho!

Na luta por nenhum direito a menos!

Estamos vivendo uma ofensiva neoliberal, em que a casta política e corrupta vem impondo de cima para baixo a retirada de direitos dos estudantes e da classe trabalhadora. No Brasil, 30% da juventude com menos de 25 anos não têm trabalho - uma taxa que representa mais que o dobro da média mundial de jovens desempregados. Sabemos que a fórmula dos ricos e das elites para enfrentar a crise econômica é cortar investimentos das áreas sociais e retirar direitos.

Michel Temer e seus aliados

no Congresso Nacional, congelaram os recursos da educação e da saúde por 20 anos e instituíram a Reforma do Ensino Médio, um verdadeiro retrocesso para a educação pública brasileira. Mas o povo não deixou barato: uma onda de manifestações nacionais e ocupações de escolas e universidades por estudantes tomaram conta do país, denunciando a ilegitimidade de um presidente para governar o Brasil com menos de 6% de aprovação.

Se não bastasse isso, Temer jogou pesado para tentar aprovar



a Reforma da Previdência, liberando mais de 10 bilhões de recursos públicos para emendas de deputados e senadores em troca de apoio político. O direito da juventude e dos trabalhadores a um futuro digno foi literalmente “vendido”. Nós denunciemos esse verdadeiro jogo sujo da política! Chega de toma lá, dá cá!

Felizmente, os jovens têm sido linha de frente no combate à retirada de direitos e não toleram mais a bandalheira da corrupção e os privilégios desse sistema político apodrecido. Como um mandato conectado com as lutas da juventude, sempre apoiamos a participação ativa dos jovens na política, as ocupações nas escolas, as mobilizações pela garantia de um transporte

público e de qualidade, as lutas contra a retirada de direitos e por igualdade social.

No último ano, fomos linha de frente dos protestos em defesa dos direitos das mulheres, lutando contra o racismo, o machismo e a violência de gênero. Defendemos a valorização dos professores municipais como forma de assegurar uma educação pública e de qualidade e defendemos as políticas de leitura e cultura como ferramenta de inclusão social nas escolas. Denunciemos o retrógrado projeto Escola Sem Partido, que pela força da juventude Brasil afora, foi arquivada no Senado Federal. Mostramos que educação não se faz com censura e, sim, com liberdade de expressão!



■ Derrotamos o desmonte do programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), em Porto Alegre, que estava sendo promovido pelo governo Marchezan. Através da mobilização nas comunidades escolares e das famílias, as matrículas, que haviam sido suspensas, foram retomadas. Reivindicamos a importância do EJA para a cidade na correção de uma dívida histórica fruto da desigualdade social, uma vez que o programa devolve o direito à educação a diversos jovens e adultos de classe baixa e da periferia, que deixaram de estudar por problemas sociais.

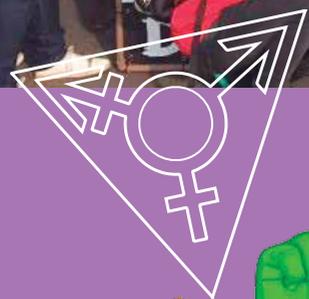
■ Fomos parte ativa dos protestos contra o fechamento da exposição QueerMuseu em Porto Alegre - uma verdadeira tentativa de criminalizar a arte e a liberdade de expressão. Fortalecemos a luta pelo respeito à diversidade sexual e de gênero e contra as diversas tentativas de ataques aos direitos à população LGBT. Estamos juntos daqueles que lutam contra a intolerância e a lgbtfofia e transfobia em um país que infelizmente mais mata transexuais no mundo. Nosso compromisso é com a construção de uma sociedade sem preconceitos e libertária.





Foto: Coletivo Juntos

Participamos ativamente da Frente Parlamentar em Defesa do Meio Passe Estudantil, através de debates nas escolas para lutar contra os projetos do Executivo que queriam acabar com o direito histórico dos estudantes ao meio passe estudantil. Mais de 10 mil jovens se mobilizaram no tradicional dia do estudante, o que garantiu que a Câmara Municipal não votasse os demais projetos. O Prefeito queria restringir o uso do meio passe estudantil somente a estudantes com renda familiar de até três salários mínimos, contribuindo com a já alta evasão escolar.





Na luta por um

transporte público

**de qualidade e contra a
retirada de direitos!**

O ano de 2017 não foi fácil para a maioria da população de Porto Alegre que depende das políticas sociais, entre as quais está o transporte público. Seguimos figurando entre as capitais com as tarifas de ônibus mais elevadas do país e com a oferta de um transporte público em geral de baixa qualidade.

O direito de ir e vir da população está a cada dia mais prejudicado. As filas seguem enormes

nos pontos de ônibus, há atrasos nas linhas, principalmente em horários de pico. Os veículos estão sempre superlotados e as empresas acumulam milhões de reais em multas referentes a infrações de trânsito e descumprimento da tabela horária. O nosso compromisso com a luta em defesa de um transporte público justo e de qualidade segue! Seguiremos denunciando as irregularidades, reivindicando transparência e efetiva fiscalização.



■ O nosso mandato, ao lado do deputado estadual Pedro Ruas (PSOL) e dos vereadores Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, foi, pela terceira vez, à Justiça contra o aumento da passagem de ônibus. Por mais que em 2013 já tenhamos

denunciado diversas irregularidades no cálculo da planilha tarifária do sistema de transporte público, em 2017 fizemos um novo pedido de auditoria ao Ministério Público de Contas. O TCE acolheu as denúncias que contestavam a elevação indevida da tarifa.



■ Derrubamos, através de uma ação popular movida pela bancada de Oposição, o decreto da Prefeitura que queria acabar com a segunda passagem gratuita na capital. Uma vitória importante que garantiu a permanência de um direito histórico da população.

■ Fomos às ruas contra o aumento abusivo de 8% no preço da passagem de ônibus, que pesou demais no bolso do povo trabalhador. Denunciamos esse absurdo e também o faturamento bilionário garantido aos empresários quando a Câmara



Municipal aprovou a prorrogação da isenção do imposto ISS para as empresas de ônibus. A Prefeitura deixou de arrecadar 18 milhões de reais para os cofres públicos.





■ Desenvolvemos um aplicativo chamado “Fiscaliza Tu” criando um instrumento capaz de engajar a população na fiscalização do transporte público. Recebemos mais de 5 mil cadastros e quase 900 denúncias no ano de 2017, sendo as reclamações por atraso e superlotação as mais recorrentes. Elaboramos um relatório com todas denúncias e enviamos para a EPTC e Ministério Público de Contas exigindo soluções.

■ Denunciamos também o pacote de projetos antipovo da gestão municipal contra os direitos do transporte público. Estivemos ao lado dos 10 mil jovens que se mobilizaram no tradicional dia do estudante, o que garantiu que a Câmara Municipal não votasse os demais projetos. O Prefeito queria restringir o uso do meio passe estudantil somente a estudantes com renda familiar de até três salários mínimos, contribuindo com a já alta evasão escolar. O fim do passe livre para idosos pobres,

pessoas com deficiência e da profissão do cobrador também estão entre as propostas nefastas dessa gestão e contra a qual seguiremos resistindo!





Contra o privilégio dos ricos e dos políticos!

É preciso tomar a política nas nossas mãos!

Com o recrudescimento da crise fiscal no país, a vida dos trabalhadores tem piorado muito. A passagem do ônibus aumenta todo ano, a cesta básica também. Os governos têm parcelado o salário dos servidores públicos, reduzido postos de emprego e atacado duramente os direitos do povo, enquanto montantes escorrem pelos ralos da corrupção, milhões em impostos são sonogados e o privilégio dos políticos se multiplica.

Acreditamos que a indignação coletiva é capaz de transformar a realidade e que a política não é somente para os engravatados. Se 1% da população controla 99% é preciso virar essa moeda e nos unirmos para enfrentar os de cima. Nosso mandato nasceu com esse propósito e segue sendo um catalisador dessa mudança: mobilizado contra os projetos antipovo e de enfrentamento ao ajuste fiscal. Exigimos mais transparência e participação popular nas decisões da



cidade. Seguiremos defendendo um Parlamento conectado com as demandas dos trabalhadores, da juventude e da população.

- Lutamos contra o projeto de reforma administrativa da Prefeitura. Denunciamos a grande falácia do discurso da gestão de Marchezan em reduzir a máquina pública sem enxugar o número de CCs, loteando para esses cargos de comissão políticos da base aliada.

- Posicionamo-nos também contra o projeto escandaloso que criou uma verba de representação que dobrou o salário dos secretários que são cedidos de outros órgãos públicos.

VÂNDALO
E
O GOVERNO



- Propomos a abertura da investigação da FASC para apurar os indícios de desperdício de recursos públicos, denúncias de contratos fraudulentos e irregulares, superfaturamento de aluguéis e suspeita de pagamentos realizados por serviços não executados. É preciso fiscalizar a fundo o que têm levado ao funcionamento precário dos CRAS, CREAS e abrigos, deixando muitas pessoas em vulnerabilidade sem assistência social.

■ Apoiamos a iniciativa do vereador do PSOL, Roberto Robaina, de apurar denúncias de corrupção e desvio de verbas em relação ao superfaturamento dos serviços de limpeza de bueiros a partir da abertura da CPI do Departamento de Esgotos Pluviais (DEP), da Prefeitura.

■ Em 2011, o nosso mandato, ao lado de Pedro Ruas (vereador à época), denunciou o aumento de mais de 70% que os vereadores queriam se auto-conceder e a Justiça barrou esse absurdo. Desde então, os vereadores tiveram aumento anual em função da inflação. Nosso mandato negou-se a receber esse aumento e desde 2016 doamos essa diferença salarial a diversas entidades que atendem comunidades com vulnerabilidade econômica e social. Confira a lista de entidades que doamos, mensalmente, de R\$800 a R\$1.200 reais, em 2017:

JANEIRO

Pequena Casa da Criança

FEVEREIRO

Instituto de Educação Infantil Princesa Isabel

MARÇO

Asilo Padre Cacique

MAIO

Instituto Cultural Conceito Arte

JUNHO

Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis da Cavallhada (ASCAT) e Associação do Voluntariado e da Solidariedade

JULHO

Emancipa e Sopão Solidário

AGOSTO

Movimento Nacional De Luta Pela Moradia (MNLM) e Associação Social e Cultural Vila Nova

SETEMBRO

Grupo Pela Livre Expressão (Nuan-ges) e Projeto Sopão

OUTUBRO

Associação Comunitária Vila Dique Resiste (ACVDR) e Câmara Rio-grandense do Livro

NOVEMBRO

Conselho Tutelar Micro-Região 8 e Centro de Pesquisa, Resgate e Preservação de Tradições Afrodescendentes (Africanamente)

DEZEMBRO

Associação Projeto Surfar e Instituto Cultural Cohab é só Rap

13º SALÁRIO

Movimento Juntos! e Centro Ítalo Brasileiro de Assistência e Instrução as Migrações (Cibai)



A luta pelo direito à moradia continua!

O Brasil está entre os países com maior déficit habitacional do mundo, ao lado de países como Índia e África do Sul. Diante de uma realidade em que faltam moradias para quase 1/3 da população brasileira e mais de 7,2 milhões de imóveis não tem função social, é urgente assegurar que haja investimentos para garantir moradia digna para todos.

A lógica dos governos tem sido de defender os interesses da especulação imobiliária em detrimento das demandas justas pelo direito à moradia dos movimentos

populares e sociais. Os problemas habitacionais das classes menos favorecidas não têm sido resolvidos e muitos projetos nacionais, como Minha Casa Minha Vida (MCMV), serviu para repassar recursos públicos de forma a favorecer os interesses de grandes empreiteiras e construtoras do país.

Dessa forma, o enfrentamento do déficit habitacional e o incentivo à promoção de políticas públicas que garantam a regularização fundiária e casa digna para a população tem sido uma das marcas do nosso trabalho.

■ Denunciamos o projeto de revisão do imposto IPTU, enviado por Marchezan, sob a promessa de justiça tributária. Na verdade, o texto significava um tarifaço sobre a classe média e população pobre da cidade. Ao sobretaxar os bairros populares, em alguns casos com aumento de mais de 300%, o projeto serviria como uma ferramenta de exclusão social e massacre contra o povo, que já sofre com a perda real de salários e o desemprego. Felizmente a Câmara de Vereadores derrotou esse projeto que não teve o mínimo de debate e transparência junto à sociedade. Seguimos defendendo um modelo de IPTU progressivo e de garantia da função social da propriedade.

■ Elaboramos também um relatório que reuniu uma série de denúncias de moradores acerca dos problemas encontrados nos condomínios construídos pelo Programa Minha Casa, Minha Vida em Porto Alegre. O documento foi elaborado a partir das reuniões do Grupo de Trabalho da Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação da Câmara Municipal e de visitas aos condomínios. As unidades habitacionais apresentaram diversos graves problemas de infraestrutura (rachaduras, infiltração, falha elétrica) e muitos deles foram construídos em locais longínquos, onde não há creches, escolas, transporte e unidades básicas de saúde próximo das regiões. O relatório foi

enviado ao Ministério Público Estadual como um importante instrumento de denúncia e para pressionar os órgãos públicos responsáveis.





■ Sempre estivemos, ao lado do Conselho Regional da Moradia Popular (CRMP) e dos movimentos populares e sociais de luta por moradia, empenhados na construção do projeto de lei que assegurava no Plano Diretor da cidade 14 áreas destinadas à construção de habitações populares. Esse projeto, de iniciativa do CRMP e construído em parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil, foi

aprovado em 2015 com muita mobilização, mas depois acabou vetado e barrado na Justiça pelo Executivo à época. Em 2017, a forte mobilização das comunidades populares fez com que, antes de terminar a gestão passada, um novo projeto que prevê 13 áreas de interesse social na capital foi enviado pela Prefeitura à Câmara Municipal. O trabalho segue para garantir que esse seja aprovado!



Devolver a cidade ao

povo e

defender a cultura popular!

Defendemos uma cidade para as pessoas e o Estado como o agente garantidor de políticas públicas de fomento à arte e à cultura. Devemos ocupar as praças e parques públicos, as escolas e as ruas com teatro, dança, cinema e literatura, e fazer dos projetos artísticos e culturais uma realidade cotidiana da cidade.

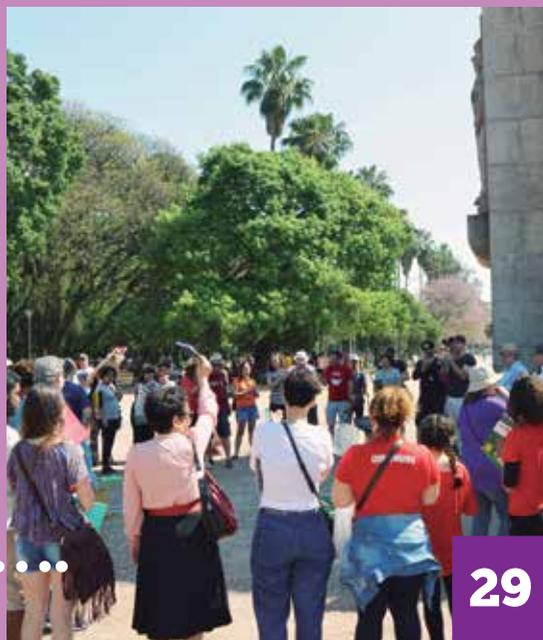
Infelizmente Porto Alegre vive uma lógica de privatização dos espaços públicos, em a que a maior expressão disso é o projeto de revitalização do Cais Mauá. Além

disso, os artistas independentes vem sofrendo com a redução drástica de verbas públicas que patrocinam produções artísticas locais. Menos de 1% do orçamento municipal é destinado para a cultura e parte do parco recurso existente ainda não foi utilizado para o pagamento de diversos projetos culturais. Nossos equipamentos culturais em geral estão sucateados, mas apesar de existir um evidente retrocesso em relação a antigas conquistas da cidade, nunca deixamos de lutar.



■ Através da Frente Parlamentar de Incentivo à Leitura da Câmara de Vereadores e ao lado das entidades de luta em defesa da leitura, como a Associação Gaúcha de Escritores (AGES), Câmara Rio-grandense do Livro e Clube dos Editores, organizamos **protestos pela manutenção integral do programa “Adote um Escritor”**. Juntos formamos o movimento #SouAdote para defender essa importante política de incentivo à leitura que teve seus recursos drasticamente cortados pela Prefeitura. Organizamos dois livraços junto a escritores, bibliotecários, estudantes, professores, leitores e à população para reiterar a nossa luta em defesa da promoção da leitura

e formação de leitores literários dentro das escolas municipais. Garantimos através de muita luta o orçamento de 400 mil reais para o programa, derrubando inicialmente o veto de Marchezan.





■ Rechaçamos a ação de Marchezan de reduzir às vésperas da data do evento os recursos públicos destinados para a principal festa da cultura popular do país, o Carnaval. Infelizmente as áreas que os governos identificam como prioridade para o corte de “gastos” são sempre aquelas que beneficiam o povo. Desde a década de 40, a Prefeitura

■ Lutamos ao lado dos artistas e dos grupos de produção cultural de Porto Alegre para exigir o repasse dos valores de um dos mais antigos fundos municipais de fomento à cultura em funcionamento no país - o Fumproarte. O atraso do pagamento dos recursos desde 2013 mostra o imenso desprestígio da Prefeitura com a cultura ao deixar sem pagamento diversos profissionais. Cobramos da Prefeitura o pagamento dos artistas e prestadores de serviço uma dívida que ultrapassa 6 milhões de reais. Além do não pagamento,

financia o carnaval de Porto Alegre e essa atitude desconsidera a cadeia produtiva e as centenas de empregos gerado e demonstra o elitismo de quem desconhece a cultura popular! Felizmente, a comunidade se organizou e conseguiu realizar a festa, mesmo que com menos recursos e equipamentos.



o edital de 2017 não foi aberto e as verbas do Fumproarte foram congeladas, mesmo a Lei Orçamentária Anual prevendo que o Fumproarte deveria receber R\$ 7,5 milhões! Cultura é direito e promove cidadania! Uma cidade não faz sentido sem arte!

Iniciativas e projetos

- **Instalação da Frente Parlamentar em Defesa da leitura;**
- **Instalação da Frente Parlamentar em Defesa dos Servidores Municipais e dos Serviços Públicos de Qualidade;**
- **Projeto 0005/2017:** obriga a divulgação dos gastos com a publicidade dos órgãos e das entidades dos Poderes Legislativo e Executivo do Município de Porto Alegre e estabelecer regras de controle externo do Município, permitindo que a sociedade tenha um controle mais efetivo em relação ao que é gasto pelo município com peças publicitárias.
Situação: APROVADO, VETADO E DERRUBADO O VETO.
- **Projeto 1453/2017:** cria o programa de combate ao assédio sexual contra as mulheres no transporte público coletivo.
Situação: APROVADO E VETADO
- **Projeto 1454/2017:** Obriga a instalação obrigatória de placas informativas do serviço Disque Denúncia da Violência Contra a Mulher (180) em estabelecimentos diversos de toda a cidade.
Situação: EM TRAMITAÇÃO
- **Projeto 1455/2017:** Proíbe a veiculação de publicidade com conteúdo ofensivo à mulher, misógino ou que objetifique o corpo feminino.
Situação: EM TRAMITAÇÃO
- **Projeto 2431/2016:** prevê a ampliação do controle social através da divulgação dos relatórios produzidos pela Auditoria-Geral da Procuradoria-Geral de Porto Alegre.
Situação: APROVADO, VETADO E DERRUBADO O VETO.
- **Aprovação de 3 emendas orçamentárias:** R\$50 mil reais para o fortalecimento de políticas públicas de promoção, prevenção à violência de gênero e de defesa dos direitos da mulher; R\$ 60 mil para criação do Programa de divulgação do tratamento de prevenção combinada a transmissão do HIV/AIDS; e R\$ 400 mil para o programa Adote um Escritor.

Justiça por Marielle!



   /fernandapsol  (51) 989-25-08-64  fernanda@fernandapsol.com.br

www.fernandapsol.com.br